

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.355.287 - MG (2018/0223040-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ILACIR DA SILVA BATISTA ROSA
AGRAVANTE : JOSÉ LEONARDO ROSA
ADVOGADO : CINTHIA APARECIDA BRAGA PINHEIRO DE PINHO -
MG080427B
AGRAVADO : ELOIZA MARIA MENDES DE ALMEIDA
AGRAVADO : MARCO ANTONIO MENDES DE ALMEIDA - ESPÓLIO
AGRAVADO : RODOLFO MOREIRA MENDES DE ALMEIDA
AGRAVADO : HENRIQUE MOREIRA MENDES DE ALMEIDA
AGRAVADO : SUELENE MENDES BARBOSA
AGRAVADO : MARIA DA CONCEICAO MENDES LEITE
AGRAVADO : CARLOS MENDES DE ALMEIDA
ADVOGADO : PABLO CARONE ASSAD FERNANDES RODRIGUES -
MG090840
AGRAVADO : MARIA MIRTIS BARBOSA - ESPÓLIO
ADVOGADO : PABLO CARONE ASSAD FERNANDES RODRIGUES E
OUTRO(S) - MG090840
AGRAVADO : WALDOMIRO MENDES DE ALMEIDA NETTO
ADVOGADO : SÁLVIO FERNANDES RODRIGUES - MG029965
AGRAVADO : RAQUEL REIS DE ABREU ALMEIDA
ADVOGADO : MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO ALMEIDA - MG037917
AGRAVADO : FRANCISCO ANÍZIO GARDINGO
ADVOGADO : GILERSON HENRIQUE PEREIRA JUNIOR - MG174716
AGRAVADO : MARCONY MENDES DE ALMEIDA
AGRAVADO : WALDOMIRO MENDES DE ALMEIDA NETTO
AGRAVADO : WALDIRENE APARECIDA MONTEIRO SENA
AGRAVADO : JUÇARA DE QUEIROZ DORNELAS
AGRAVADO : RICARDO GARCIA DORNELAS
AGRAVADO : ALLYNE GARCIA DORNELLAS
AGRAVADO : CELSO DE SENA DOMINGUES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE MATIPÓ
ADVOGADOS : AELITON PONTES MATOS - MG176397
PEDRO HENRIQUE BRITTO MAY VALADARES DE CASTRO
- MG165721
MELISSA LARA ANDRADE - MG143866
MICHELE ROCHA CORTES HAZAR - MG139215

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por JOSÉ LEONARDO ROSA e OUTRA, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 766-772, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fls. 565-573, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE USUCAPIÃO - IMÓVEL URBANO - POSSE MANSA E PACIFICA- REQUISITOS NÃO ATENDIDOS - INDEFERIMENTO DA PRETENSÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA SUCUMBÊNCIA - REDUÇÃO - RECURSO PROVIDO EM PARTE.

Opostos embargos de declaração (fls. 581-587, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 599-606, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 622-660, e-STJ), os recorrentes, além de dissídio jurisprudencial, apontam violação aos artigos 285-A do CPC/1973; 1196 e 1238 do CC/2002; e 10 e 489 do CPC/2015;

Sustentam, em síntese, que: a) não era possível o julgamento liminar improcedente da demanda; b) preenche todos os requisitos para o reconhecimento da usucapião extraordinária; e c) o Tribunal *a quo* não apreciou as questões que lhe foram submetidas.

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 758, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 760-761, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignados, aduzem os agravantes, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que o exame da pretensão não demanda reanálise de matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, reputou inexistir violação ao art. 285-A do CPC/1973, uma vez que a demanda foi devidamente contestada e houve produção probatória em momento anterior à prolação de sentença de mérito. Consignou, ademais, que não restara provado o direito à usucapião vindicado pela ora recorrente.

Nota-se, portanto, que as alegações vertidas pelos insurgentes não denotam omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica defendida pela parte adversa.

Assim, não há se falar em violação ao arts. 10 e 489 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA

AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos essenciais ao desate da lide.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

2. De igual modo, não merece guarida a apontada vulneração do art. 285-A do CPC/1973.

Sobre o tema, consignou o aresto impugnado (fls. 570-571, e-STJ):

O art. 285-A do Código de Processo Civil de 1973 assegurava ao Juiz realizar o julgamento (mérito) liminar das ações repetitivas.

Fundava-se no princípio da celeridade processual.

Na espécie, independente da aplicação, ou não, da mencionada regra ao caso dos autos, não identifico qualquer nulidade, tendo em vista que o presente processo teve tramitação regular, mediante a citação da parte ré, a possibilidade de produção de provas pelas partes e a elaboração

de parecer pelo representante do Ministério Público Estadual, tudo a possibilitar a realização de um julgamento seguro.

Com efeito, da simples leitura do relatório que integra a sentença, verifica-se o regular desenvolvimento do contraditório na demanda (fl. 404, e-STJ):

José Leonardo Rosa e Ilacir da Silva Batista Rosa, ação de Usucapião com pedido liminar em face de Maria Mirtis Barbosa. Alegando em síntese terem o direito ao usucapião do imóvel de ff. 13/16, fizeram considerações sobre o pedido liminar, pedido liminar para suspensão do sequestro/arresto – ff. 02/08.

Emenda a inicial às ff. 39/40;

Recebida a inicial (ff. 47);

Contestação Maria Mirtis (f. 66/74) alegando ausência dos requisitos para usucapir dos autores;

Manifestação de interesse do Município de Matipó (f. 176);

Impugnação a Contestação em face da requerida às ff. 190/191, sem contudo mencionar o pleito do Município de Matipó;

Prova Pericial deferida (f. 213);

Habilitados os herdeiros (f. 252/253);

Manifestação MP pela extinção do feito sem julgamento do mérito f. 255/259;

Certidão de regularidade processual (f. 260);

Partes intimadas às f. 270, para comprovação do imóvel estar em zona urbana, comprovação da necessidade de justiça gratuita e que o valor da causa é igual ao do bem objeto da lide.

Manifestação das partes às ff. 272, 281/282;

Manifestação do Município às f. 285/287;

Indeferimento da justiça gratuita e o devido recolhimento das custas.

Tem-se, contudo, que a ausência de prejuízo derivado da aplicação do art. 285-A do CPC/1973 à espécie, ante o regular desenvolvimento da instrução probatória – fundamento utilizado pelo Tribunal *a quo* para não reconhecer a nulidade em tela –, não foi atacado pelo recurso especial.

De fato, em seu apelo, os insurgentes não demonstram eventual cerceamento de defesa decorrente do suposto emprego indevido do supracitado dispositivo legal.

Assim, dada a ausência de impugnação específica a fundamento que, só por si, revela-se apto a manter hígido o acórdão vergastado, torna-se inviável a admissão do recurso, nos termos das Súmulas 283/STF e 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. DOENÇA CRÔNICA. CLÍNICA E MÉDICOS DESCREDENCIADOS.

AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA. REEMBOLSO INTEGRAL DEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A ausência de impugnação específica aos fundamentos do acórdão guerreado enseja a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula

283/STF.

(...)

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1567318/PE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONFISSÃO DE DÍVIDA. NOVAÇÃO. MERA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DO ÂNIMO DE NOVAR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A ARGUMENTO ESPECÍFICO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 283 DO STF. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DO REEXAME DE PROVA E DO CONTRATO. SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

2. A ausência de impugnação objetiva e específica a fundamento suficiente do acórdão recorrido atrai a aplicação da Súmula nº 283 do STF.

(...)

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1618039/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018)

3. Por sua vez, no que toca às demais questões traçadas no apelo nobre, melhor razão não assiste aos insurgentes.

Na espécie, consignou a Corte local, à luz dos elementos de prova colacionados aos autos, que não há provas da posse mansa e pacífica do bem, razão pela qual não é possível reconhecer a usucapião. Veja-se (fls. 571-572, e-STJ):

Da leitura do dispositivo legal, tem-se que o requerente, para obter sucesso em sede de usucapião, deverá provar os seguintes requisitos: a - exercício de posse mansa, pacífica e continuada sem oposição de quem quer que seja; e b - lapso de tempo não inferior a quinze anos ou dez, se destinado o imóvel a sua moradia habitual ou nele tiver realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

No caso, os recorrentes sustentam que exerce posse mansa e pacífica sobre o citado imóvel, desde 1991 (fl. 02).

No entanto, em seu parecer, o Ministério Público Estadual afirmou que sobre o imóvel objeto do pedido de usucapião há edital expedido para ciência de terceiros interessados sobre o protesto contra a alienação de bens efetuada por Altamir Moreira de Oliveira, com publicação ocorrida em 1985 (fls. 255 a 259).

Nesse sentido é a cópia do documento de fl. 118.

Logo, tenho que os requisitos autorizadores ao reconhecimento do direito de usucapião, notadamente a posse mansa e pacífica, não foram atendidos.

Na contestação, afirmou-se que "não é possível que os autores desta demanda não saibam que não sendo mansa e pacífica a posse, por pender litígio sobre a coisa que se pretende usucapir, não há como se acolher

alegado direito à usucapião." (fl. 71)

Destaco que a matéria em questão já foi objeto de apreciação por esta Sexta Câmara Cível quando do julgamento da Apelação Cível nº 1.0003.09.029525-8/001 de minha relatoria.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída. Para tanto, revelar-se-ia necessário o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO URBANO. IMÓVEL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. AUSÊNCIA DE ANIMUS DOMINI. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A Corte de origem, mediante o exame do acervo fático-probatório dos autos, concluiu não ter sido demonstrado o requisito do animus domini para a caracterização da usucapião especial urbana, tendo em vista que o imóvel está vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação e que a parte autora sabia ser pertencente a outrem. Infirmar as conclusões do julgado, para reconhecer a existência de posse mansa e pacífica, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1584104/AL, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 08/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS AGRAVANTES.

1. Para acolhimento da pretensão, veiculada no apelo extremo, de ver reconhecida a existência de cerceamento de defesa e de posse mansa e pacífica dos recorrentes, seria imprescindível derruir as afirmações contidas no decisum atacado e as conclusões a que chegou o Tribunal local, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial. Precedentes.

(...)

Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 375.629/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 09/02/2017)

Logo, inviável o trânsito do apelo nobre.

4. Por fim, quanto à divergência jurisprudencial alegada, este Tribunal Superior tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e

os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa o Tribunal de origem.

Nesse sentido, confirmam-se: AgRg no AREsp 786.906/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 16/05/2016; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014).

5. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fl. 573, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

